Bolsas
Na quinta-feira
1,32% São Paulo
0,16% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
138.025 — 141.048
25/8 26/8 27/8 28/8

Na quinta-feira
R$ 5,406
(- 0,2%)

Dólar

Últimos	
22/agosto	5,425
25/agosto	5,414
26/agosto	5,434
27/agosto	5,417

Salário mínimo
R$ 1.518

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 6,316

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,91%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43
Maio/2025	0,26
junho/2025	0,24
Julho/2025	0,26

GUERRA COMERCIAL

Brasil parte para o contra-ataque aos EUA

Em uma estratégia que inclui parceria com outros países, Lula autoriza a aplicação da Lei da Reciprocidade contra o tarifaço

» WAL LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, ontem, o início das consultas para que o Brasil possa aplicar a Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos. O ato ocorre em resposta ao tarifaço de 50% aos produtos brasileiros colocado em prática no início deste mês depois de uma determinação do presidente norte-americano, Donald Trump.

Com a abertura do processo foi oficializada após notificação encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores à Câmara de Comércio Exterior (Camex), para que elabore, no prazo de 30 dias, um relatório técnico avaliando se as ações do governo de Donald Trump se enquadram na lei. Caso a Camex confirme o enquadramento, será instalado um grupo interministerial para sugerir contramedidas. As possibilidades incluem retaliações no comércio de bens, serviços e até em direitos de propriedade intelectual.

Ainda hoje, o Itamaraty comunicará oficialmente os Estados Unidos, o inicio das tratativas. O aviso abre espaço para que Washington apresente seus argumentos, abrindo margem para negociação diplomática. A iniciativa brasileira tem paralelo com a Seção 301 dos EUA, instrumento usado por Washington para investigar práticas comerciais consideradas desleais e autorizar retaliações.

No México, antes de embarcar de volta ao Brasil, o vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, comentou a decisão. "O que eu espero é que isto ajude a acelerar o diálogo e a negociação. É o que presidente Lula tem nos orientado: primeiro soberania nacional, o país não abre mão da sua soberania. No estado democrático os poderes são separados, separação dos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo. De outro lado, diálogo e negociação", disse.

A Lei da Reciprocidade foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em julho. Coordenação interministerial: O Itamaraty, sob orientação da Presidência e em conjunto com outros ministérios, notificou a Camex para produzir, em até 30 dias, um relatório técnico analisando se as medidas americanas se enquadram na lei. Caso a Camex conclua que há enquadramento, será instalado um grupo específico para sugerir contramedidas econômicas, que podem incluir retaliações no comércio de bens, serviços e propriedade intelectual.

Ricardo Stuckert/PR

Após receber o presidente do Panamá, José Raúl Mulino, no Planalto, Lula autorizou o início do processo para aplicar a Lei da Reciprocidade contra os EUA

Meta é ampliar parceria regional

» EDLA LULA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Na ofensiva anti-tarifaço contra os Estados Unidos, o governo brasileiro entabulou entendimentos com países latino-americanos, sinalizando o fortalecimento da relação regional. No México, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, negociou, com a presidente Claudia Sheinbaum, parcerias em áreas que vão da aviação à saúde, passando pelo biocombustível. No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o colega panamenho José Raúl Mulino.

Alckmin e Sheinbaum assinaram protocolos que permitirão a ampliação dos atuais acordos de comércio exterior e de investimentos. Após o encontro, Alckmin apresentou o cronograma de trabalho para aumentar a complementariedade econômica entre os dois países, que será concluído em julho de 2026. "Nada impede que algumas dessas linhas sejam antecipadas", frisou o vice-presidente.

O comércio entre Brasil e México é regulado por dois Acordos de Complementação Econômica (ACE), o ACE-55, que abrange produtos automotivos; e o ACE-53, que estabelece redução ou eliminação de tarifas de importação de aproximadamente 800 linhas tarifárias de produtos não automotivos.

Sobre o diálogo com a presidente mexicana, Alckmin classificou a conversa como "proveitosa" e acrescentou que a convidou para a Conferência do Clima das Nações Unidas de 2025, a COP30, que será realizada na Amazônia paraense, em Belém, no mês de novembro. "Convidei a presidenta Claudia para a COP30, em Belém, no mês de novembro. Falamos de multilateralismo, fortalecimento da democracia, inclusão e combate à fome. Então, foi uma conversa muito proveitosa", destacou.

Abertura

Acompanhado pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, o vice-presidente comunicou a assinatura de acordos para abertura de novos mercados entre os países na área agrícoloa. "São três produtos que o Brasil abrirá o comércio: aspargos, pêssego e derivados de atum. E eles abrem o mercado para a farinha de ração animal para bovinos e suínos", comentou.

O setor de aviação também foi tema do encontro. "Conversamos sobre Embraer. Nós temos um pleito do cargueiro KC-390 para a indústria da defesa, e já houve uma compra importante, do México, de 20 aviões da Embraer", informou Alckmin, explicando ainda que a Embraer possui fábrica no México, com mais de mil colaboradores, produzindo partes importantes do avião no país. Em conversa com jornalistas, após o encontro com Sheinbaum, o vice-presidente disse ainda ter feito parte da conversa, a implantação de vistos eletrônicos, com o objetivo de aumentar o turismo entre os dois países.

Outro assunto tratado foi a continuidade dos incentivos do Pacote contra a Inflação e a Escassez (Pacic, na sigla em espanhol), que contempla a compra alimentos do Brasil. "O México é o segundo destino da carne bovina brasileira. Solicitamos a continuidade do Pacic, e ele complementa a agropecuária mexicana. Eles têm uma exigência de que haja uma rastreabilidade individual. Vamos cumprir, mas queremos que não se interrompa essa venda enquanto o Brasil caminha na rastreabilidade. O Brasil cumprirá na rastreabilidade, temos um cronograma", observou.

Os dois governos também assinaram dois memorandos de entendimento relacionados à saude. O primeiro documento, assinado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o governo mexicano, prevê cooperação no desenvolvimento e na produção de vacinas e terapias baseadas na tecnologia de RNA mensageiro (mRNA).

O segundo memorando de entendimento, assinado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Comissão Federal para a Proteção contra Riscos Sanitários (Copefris), vai permitir que o registro sanitário de dispositivos médicos concedido pelo Brasil sirva de referência para o registro expedido no México. Da mesma forma, para a Certificação de Boas Práticas de Fabricação, a Anvisa poderá utilizar as decisões da Cofepris para agilizar suas análises de medicamentos.

"Com isso, a gente ganha tempo e reduz custos para novos fármacos", pontuou Alckmin.

O vice-presidente também se reuniu com líderes empresariais, como o CEO do Grupo Bimbo e executivos da Coca-Cola FEMSA, duas das maiores companhias do país. Os encontros tiveram como foco a ampliação dos investimentos bilaterais e a abertura de novos canais de negócios.

Panamá

Enquanto Alckmin liderou a comitiva brasileira no México, em busca de fortalecimento de relações comerciais, o presidente Lula assinou, no Palácio do Planalto, tratados com o presidente do Panamá, José Raúl Mulino. Um dos entendimentos assinados tratou de otimizar as exportações brasileiras e modernizar a operação dos portos brasileiros. O memorando prevê o intercâmbio de experiências e transferência de informações sobre o funcionamento do Canal do Panamá, estudos sobre o uso de novas rotas e avaliação de rotas marítimas e fluviais mais sustentáveis.

Na cerimônia de assinatura de acordos, o presidente Lula lembrou que o Panamá é o maior parceiro comercial do Brasil entre os países da América Central e citou a compra de quatro aviões brasileiros da Embraer. "Há mais de 80 voos entre Brasil e Panamá por semana", comentou.

O petista ainda ressaltou a cooperação entre países para que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) amplie sua capacidade de introdução de vacinas e, no futuro, implante um polo farmacêutico regional.

Os dois países são defensores do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias, afirmou o chefe do Executivo brasileiro, que destacou o papel do Panamá como membro não permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O presidente do Panamá, José Raúl Mulino, por sua vez, falopu sobre o Canal do Panamá como símbolo de luta e soberania do povo panamenho. "O tema do canal do Panamá nos é muito propício,

Jessica Ramírez / PR

Alckmin chefiou negociação com Claudia Sheinbaum, no México

muito emotivo, porque foi uma luta de um século que se conseguiu através de uma negociação em que ambas as partes cederam. Conseguimos obter a plena soberania do tratado do Canal do Panamá, o território adjacente, e hoje se rege por um tratado multilateral de neutralidade", disse Molino.

A declaração de defesa do Canal do Panamá ocorreu em meio às intenções declaradas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em "tomar" a região para os EUA. Atualmente, o Canal do Panamá é regido por meio de um tratado de neutralidade entre o país da América Central e os Estados Unidos. Nominado de Tratados Torrijos-Carter, esse acordo concede administração do Canal do Panamá ao Panamá.

Após participar da cerimônia com o presidente do Panamá, Lula comandou o evento de nomeação de diretores das agências reguladoras. Ao discursar, o presidente brasileiro falou da responsabilidade com o "povo brasileiro" desses novos diretores e falou sobre a conjuntura econômica atual endossando críticas contra o tarifaço de 50% anunciado por Donald Trump.

"Quando pensamos que o mundo vai melhorar, as coisas começam a piorar. Vocês estão vendo o comportamento do presidente dos Estados Unidos em relação ao Brasil", criticou, ao afirmar não existir motivos para Donald Trump taxar os produtos brasileiros.

Ao criticar os EUA, Lula defendeu o multilateralismo. "Na hora que os Estados Unidos foge do multilateralismo, estabelece o unitilateralismo e tenta negociar individualmente com cada país, o que que ele está permitindo? Que um país, uma ilha de 300 os 1000 habitantes que quiser negociar contra os Estados Unidos, ele vai ter que sentar com o governo americano. A chance dele é nenhuma. Por isso que o multilateralismo estabeleceu essa convivência muito boa", destacou.